

Tribunal Universitário Judicial Europeu deverá abrir em 2010

# Sistema judiciário ganha espaço de experimentação



Tribunal Universitário Judicial Europeu ficará instalado no antigo Colégio da Trindade

Um novo modo de ensinar e aprender é a ambição do futuro Tribunal Universitário Judicial Europeu, de Coimbra, que será um espaço real de administração da justiça e de experimentação de soluções para o judiciário.

Adstrito à Universidade de Coimbra, o Tribunal Universitário Judicial Europeu, que se espera estar a funcionar em 2010, reunirá três vertentes – a do tribunal real que administra a justiça, em primeira instância, de espaço de ensino e “aprendizagem fazendo”, para os alunos da Faculdade de Direito, e de investigação “transdisciplinar” e “interdisciplinar” de vocação internacional, europeia.

A criação deste projecto inovador, que ficará instalado no antigo Colégio da Trindade (que em tempos esteve destinado a um Colégio Europeu, situado ao lado da Faculdade de Direito), foi objecto de um protocolo entre o Ministério da Justiça e a Reitoria da Universidade, e já se encontra empossada uma comissão instaladora presidida pelo constitucionalista Gomes Canotilho.

Gomes Canotilho explicou à agência Lusa que o Tribunal Universitário Judicial Europeu «terá uma dimensão judicial pura», de julgar causas, e deverá dispor, como qualquer tribunal de primeira instância, de juízos cível, criminal, do trabalho, da família e administrativo, entre outros.

Na vertente pedagógica privilegiar-se-á uma dimensão de «aprender fazendo, uma ligação da experiência ao ensino», embora o coordenador admita que no primeiro ciclo de estudos não seja tão viável esse objectivo, mas vá ganhando uma importância crescente nos segundo e terceiros ciclos (antigos mestrados e doutoramentos).

No domínio da investigação pretende-se dinamizar aí um centro de investigação forense, «numa interacção plural de saberes», salientou Gomes Canotilho, e nesse sentido haverá uma liga-

ção a outras faculdades de Coimbra, nomeadamente à de Medicina (medicina forense e Instituto Nacional de Medicina Legal), de Ciências e Tecnologia (plataformas informáticas para agilizar a administração da justiça), Psicologia e Ciências da Educação (psicologia, serviço social, reinserção) e Economia (através dos estudos sociológicos e do Observatório Permanente da Justiça).

No entanto, pretende-se ainda estabelecer uma ligação a outras universidades, centros de investigação de Portugal e estrangeiro e aos tribunais comunitários (Tribunal da União Europeia, Tribunal dos Direitos do Homem, Tribunal Penal Internacional, Tribunal de Haia).

Poderá ser um espaço de experimentação de soluções que se vão desenhando para melhorar o sistema judiciário, e também de formas alternativas de administração da justiça, como seja a mediação penal e familiar, a arbitragem e a consulta jurídica, acrescentou.

Tendo em conta as vertentes que assume, será um tribunal aberto a todos os operadores jurídicos e estudiosos – a alunos, magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados, professores, técnicos superiores de justiça e dos registos e notariado, assumindo uma colaboração estreita com as suas organizações.

Sendo um tribunal real, os juízes e magistrados do Ministério Público serão magistrados de carreira escolhidos pelos órgãos de gestão respectivos. Através de protocolos estes magistrados poderão igualmente assumir a função de professores universitários.

A Comissão Instaladora do Tribunal Universitário Judicial Europeu, presidida por Gomes Canotilho, integra ainda os docentes universitários Joaquim Sousa Ribeiro e José Aroso Linhares, bem como Laborinho Lúcio e Inês Horta Pinto, estes dois últimos em representação do Ministério da Justiça. ●